

# O GETULINO E O PROJETO EDUCATIVO-DISCURSIVO DE INTEGRAÇÃO E ASCENSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE BRANCA

*José Geraldo Marques<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo é um recorte de minha tese de doutorado. Nele, defendo a idéia de que há, de maneira geral, na Imprensa Negra do início do século XX, e no jornal negro campineiro *Getulino*, em particular, um *projeto negro educativo* de integração e inserção do negro na sociedade branca, correspondendo a ele um *projeto purista* de linguagem de diversos matizes diversificados baseados em uma norma-padrão. No entanto, mostro que sua execução não se deu sem contradições. Em primeiro lugar, porque, se as posições assumidas pela IN e pelo *Getulino* eram *homogêneas*, nada nos autorizaria a considerá-las *hegemônicas* para as organizações negras da época. Em segundo, porque, de um ponto de vista discursivo, o que temos é uma heterogeneidade desconcertante no jornal negro campineiro: ao lado dos textos graves e formais que visavam à formação política do negro - e que ocupavam os espaços mais “nobres” do jornal -, encontramos textos mais distensos e informais, relacionados à vida cotidiana da comunidade negra e às suas diatribes com jornais adversários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Negra. Heterogeneidade discursiva. Resistência. Integracionismo.

## THE GETULINO AND THE DISCURSIVE EDUCATIONAL PROJECT OF INTEGRATION AND ASCENSION OF THE BLACK MAN IN THE WHITE SOCIETY

**ABSTRACT:** This article is a “clipping” from my PhD thesis. On it, I support the idea that there is, in general, in the Black Press of the beginning of the 20<sup>th</sup> century, and in the black

<sup>1</sup> Dr. em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Rua: Cora Coralina, Cidade Universitária. 13083-896 Campinas – SP. E-mail: jose.marques@saofrancisco.edu.br

newspaper from Campinas *Getulino* in particular, an *educational project* of integration and insertion of the Black man in the white society, which corresponds to a *purist language project* of diverse hues based on a standard language. However, I show that its execution didn't happen without contradictions. In the first place, because, if the positions assumed by IN and by *Getulino* were *homogeneous*, nothing would allow us to consider them *hegemonic* to the Black organizations at the time. In second place, because, from a discursive point of view, what we have is a disconcerting heterogeneity in the Black newspaper from Campinas: beside the serious and formal texts that aimed for the political formation of the Black man - and that occupied the "noblest" sections of the newspaper -, we can find shorter and more informal texts, related to the daily life of the Black community and to their diatribes against opponent newspapers.

**KEY WORDS:** Black Press. Discursive heterogeneity. Resistance. Integrationism.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como núcleo de investigação um jornal negro publicado na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo, entre 1923 e 1926. Seu nome, *Getulino*, foi inspirado nas *Trovas Burlescas do Getulino* (1859), obra poética de um dos maiores vultos da causa negra da história deste país, Luiz Pinto Gama.

Como o espaço para a presença do negro era extremamente reduzido na imprensa branca hegemônica da época, o *Getulino* nasceu, como quase toda a Imprensa Negra, da necessidade da etnia negra ver-se representada em um órgão de imprensa. Organizar a comunidade, denunciar o racismo, estabelecer elos de comunicação com as organizações negras e intelectuais, lutar pela cidadania e, principalmente, no caso específico do *Getulino*, como tentarei mostrar neste trabalho, educar os negros para que se integrassem e ascendessem na sociedade branca, foram seus principais objetivos.

## O PROJETO EDUCATIVO INTEGRACIONISTA

Bastide (1973) afirma que a Imprensa Negra (doravante IN) nasceu sob o signo da consciência da desigualdade: "o negro não é tratado em pé de igualdade com o branco" (p. 134). Sua função essencial será, para ele, portanto, a de ser um órgão de protesto, embora não desdenhe da importância da função *educativa* (p. 130).

Educar é ato político coletivo e a preocupação primeira dos órgãos de imprensa negros, no tocante à educação é chamar os sujeitos negros para um

projeto coletivo, dar a eles o senso de solidariedade para lutarem contra o racismo e contra o sentimento de inferioridade. Daí a superestimação dos valores negros e a apologia dos grandes vultos negros da história que povoam as páginas dos jornais negros.

Para Gomes (2005), os jornais da IN desde o final do século XIX, mas principalmente nas primeiras décadas do XX, estavam imbuídos de um mesmo propósito: “denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano do racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades” (p. 32).

Para cada função, pelo menos um desafio: à *denúncia*, o duplo desafio de conscientizar a população negra para a dura realidade do *preconceito* de cor e, ao mesmo tempo, conclamá-la para o *protesto*, de lutar por sua cidadania. À função *educativa*, o desafio de *juntar*, de *congregar*, de *se criar consenso* em torno de questões cruciais, de *mobilizar*; o desafio maior da *solidariedade*.

Uma solidariedade que, para Gomes (p. 35), foi “forjada à pena e refletida nas matrizes e no tipógrafo”, expressão extremamente sutil que relativiza uma solidariedade que está mais para os ideais dos editores dos jornais negros do que para a realidade dos laços entre os membros da população negra (*solidariedade forjada*). Solidariedade que não leva à reflexão, pois ato mais idealista que real, mas que apenas *reflete* esse idealismo da elite negra (*solidariedade reflexa e não reflexiva*).

Para Gomes, os periódicos da IN se transformaram em espaços onde as idéias dos negros letrados eram expostas. “Seus editores propuseram-se a divulgar uma literatura que *imaginavam* interessar e principalmente ‘educar’ seus irmãos”, missão ao mesmo tempo “didática” e “redentora” que “determinou um certo distanciamento entre produtores e leitores (p. 37; *itálico adicionado*)”.

Para ele, é indubitável o fato de que havia uma *elite negra* formada por editores, jornalistas e colaboradores dos jornais negros, elite alfabetizada e, mais do isso, letrada (p. 37). No entanto, essa *elite* não é, de forma alguma, uma *elite econômica*, que detém poder e recursos financeiros, no molde das classes dominantes brancas. Eles são uma *elite* quando comparados aos seus irmãos desvalidos da maioria negra porque alfabetizados e, mais do que isso, letrados. Além disso, a ida da militância (diretores e redatores) às associações para fazer “mutirões” e angariar algum dinheiro para as próximas edições deixa, teoricamente, as *elites* mais próximas das bases do que supõem muitos estudiosos da causa negra.

No entanto, pensar em capitulação negra à sociedade branca seria um

erro, pois, se há uma elite negra, há também um *projeto negro*: o *projeto educacional* de resistência ao preconceito e à discriminação e de integração do negro na sociedade branca. Uma prova disso é o exemplo significativo do editorial do primeiro número do jornal da imprensa negra paulista, o campineiro *O Baluarte*, de 1904:

[...] pretende ele [ser um] legítimo órgão da classe dos homens de cor, levantar essa classe [há muito] tempo aviltada em nosso país! E, por isso, e só por isso este jornal é digno da mais elevada simpatia por parte da população campineira, e todo homem amante da liberdade e do engrandecimento do nosso país não pode [deixar] de ver com bons olhos, como prestar toda coadjuvação a esse jornal que, representante de uma classe há pouco oprimida [...] É mais que louvável, honra intensamente a classe dos homens de cor a sustentação de um órgão que, pugnando pelos interesses da classe, ao mesmo tempo os prepara para as lutas da vida, ensinando-os a ser cidadãos no mais restrito sentido da palavra. (O BALUARTE, 1904, p. 1)

Em suma: mais uma vez, não temos, felizmente, um *ou* outro, mas um *e* outro: há, sim, uma *elite negra pobre ou remediada* e há também uma maioria negra desvalida que ajuda, quando e como pode, aqueles que supõem ser a vanguarda do movimento.

Devemos entender, segundo ele - e achamos que sua proposta é justa - *que há uma elite com um projeto negro*. Essa elite *imagina* que os textos que produz são capazes de aglutinar e provocar uma solidariedade, até certo ponto, idealizada também, mas incapaz de impedir o projeto negro.

No entanto, o afastamento da elite da base, acreditamos, não está no fato de imaginarem que o negro das ruas terá alguma expectativa sobre seus textos, mas na missão de educar a “raça”, ao mesmo tempo, didática e redentora. O negro alfabetizado (quiçá letrado) lerá seus textos, mas não estará permeável a eles, pois suas linhas estão eivadas de *moralismo*, elemento presente em qualquer projeto que queira se impor a partir de regras pressupostas como boas e generalizáveis (o didatismo) e que pretenda *libertar, resgatar, compensar* (a redenção).

Esse *moralismo*, Bastide chamará de *puritanismo negro*, afirmando que o *moralismo* é essencialmente subjetivo, “ao passo que o *puritanismo* dá atenção antes de mais nada ao que se vê, às manifestações exteriores e que podem classificar um ser no interior de um grupo [...] o que vale é o comportamento mais que a atitude exterior” (p. 150-151).

Ora, não bastam os exemplos modelares dos grandes vultos negros da história; é necessário que o negro se mostre íntegro no cotidiano, que a integridade se dê na ação, no fazer. O ensaísta faz uma lista bastante longa das advertências, conselhos e “pitos” endereçados aos jovens negros pelos jornais que representam a “classe”: a) a condenação do alcoolismo, distintivo de classe baixa; b) o apelo frequente de maior dignidade para as relações entre homem e mulher; c) apelo aos pais para que vigiem mais os filhos; d) a condenação da preguiça, da vagabundagem e da mendicidade que coloca o negro à mercê da caridade do branco; e) a regulamentação do modo de se vestir: não se admitem vestidos muito curtos para as moças negras; f) a regulamentação de pequenas regras socialmente valorizadas; g) apelo às antigas virtudes dos lares que foram abandonadas; chamar a atenção dos filhos, que têm excessiva liberdade, não são modestos e não obedecem (p. 151):

É preciso acabar com os ajuntamentos de don-juans sem escrúpulos, de rodinhas de incomportados. É necessário extinguir esses focos de obscenidades que provocam as cenas mais escandalosas; esse misturar de homens e mulheres sem a mínima sombra de pudor, sem nenhuma compostura. É urgente acabar com esse relaxamento que depõe contra os nossos foros de raça progressista. É imprescindível uma reforma nos costumes, nos gestos. (A VOZ DA RAÇA, III, 63-64)

Como podemos perceber, com exceção da exortação “d” (*mencicidade, preguiça e vagabundagem*), todas as outras se referem ao negro fora das ruas. Gomes (op.cit.) se apercebe disso quando afirma que os salões alugados para os bailes são “o espaço privilegiado e valorizados pela “classe de cor”. As virtudes de “civilidade” e “elegância”, garantidoras do “decoro” e do bom comportamento, seriam avaliadas pelos empresários responsáveis pelos “clubes dançantes”, pelos mais velhos e pelas famílias tradicionais dos bairros e avalizadas pela IN, constituindo-se em matéria-prima para suas reportagens e críticas (algumas acerbadas). Temos aí também uma função educativa, “na medida em que os jornais são porta-vozes dos seus valores culturais e morais” (p. 40).

Os jornais negros do início do século XX estavam, quase todos, vinculados a sociedades dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes. Alguns jornais funcionavam como espaços de divulgação das atividades (palestras, reuniões, bailes e festas) dessas associações. Havia também várias associações negras que publicavam seus jornais. Bastide, comentando a relação umbilical entre associações e jornais negros assim se pronuncia:

Em certa medida, pode-se mesmo dizer que a imprensa preta saiu desse movimento associativo; muitos jornais são primitivamente órgãos de um clube que procura estender-se. E não obstante, os jornalistas [negros] se queixam do individualismo do negro, da falta de espírito de solidariedade. De fato, não se trata de individualismo, mas de conflito de associações umas com as outras. (p. 155-156)

Na realidade, a dimensão *educativo-integracionista* é dominante na IN paulista até o fim dos anos 20, e não é, portanto, apenas uma particularidade do *Getulino*, segundo os estudiosos consultados. A questão da educação do negro era para a imprensa negra condição necessária para sua integração e ascensão social em uma sociedade branca que o via com preconceito e o repelia. Moura (1988, p. 205) coloca essa questão nos seguintes termos:

A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para “subir na vida”, conseguir demonstrar que ele também pode chegar aos mesmos níveis do branco através do aprimoramento educacional. Para isso, deve deixar os vícios como o alcoolismo, a boemia, deve abster-se de praticar arruaças em bailes, deve ser um modelo de cidadão. Em quase todas as publicações é visível uma preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalização. Daí haver, em muitos deles, a condenação dos excessos em festas de negros que eram tidas pelos brancos como centros de corrupção e de desordens. Os jornais servem, portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra.

No entanto, Moura, em uma outra passagem na mesma página, aproximando um dos primeiros jornais da IN, *O Menelick*, de 1915, do *Correio d'Ébano*, cuja última edição se deu em 1963, relativiza esta carga moral dos jornais negros, afirmando que o pesquisador dos jornais da IN se surpreende com as diferenças do enfoque de detalhes e com as muitas discordâncias ideológicas entre eles, embora o núcleo básico do seu pensamento seja sempre o mesmo: a posição do negro diante do mundo dos brancos.

Portanto, a dimensão educativa e o conseqüente esforço de integração do negro na sociedade dos brancos, sem se abdicar de um *projeto negro*, como vimos anteriormente, não podem ser apartados da dimensão política da luta dos negros por sua cidadania, que vem de desde antes da abolição da escravatura.

Se o objetivo maior da imprensa negra da década de 20 era *a inserção do negro na sociedade dos brancos, em um projeto negro de denúncia, protesto e*

*resistência tenaz ao preconceito*, por outro lado, continuar a lutar por cidadania de forma organizada, 35 anos depois de uma abolição que abandonou os ex-escravos a sua própria sorte, sem respaldo de políticas públicas de inclusão, convenhamos, não é pouco.

Não podemos nos esquecer, de maneira nenhuma, de que as propostas centrais da IN em geral e a do *Getulino* em particular, apesar de bastante *homogêneas* em relação aos jornais negros contemporâneos dele estão longe de ser *hegemônicas* nas comunidades negras da época.

Ainda em relação à heterogeneidade das posições assumidas pela imprensa, associações e entidades negras (sindicatos, clubes literários etc), em que talvez as posições mais consistentes de luta e consciência estejam com as duas últimas, outros autores estendem as discussões e a diversidade de posicionamentos em relação aos problemas negros mais cruciais do pós-abolição, embora naturalmente com outros enfoques, em cultos religiosos, espaços de lazer, música e até futebol de várzea!

Há muitos outros exemplos interessantes de diversidade de visões de mundo e de propostas de atuação política no que podemos chamar de *movimento negro* da época. Um deles encontramos no trabalho de Maciel (1987, p. 76), exemplo em completo desacordo com as propostas “liberais” da imprensa negra em geral: em 7 de maio de 1919, a Sociedade Dançante União da Juventude (fundada em 1901) propõe um adiamento das atividades de comemoração dos 31 anos da Abolição *em face da greve em que estamos envolvidos*.

Tratava-se do primeiro envolvimento dessa associação com a luta dos trabalhadores. Isso sem falarmos na atuação extremamente crítica de escritores e jornalistas negros ou mulatos como José do Patrocínio, Lima Barreto e Luiz Gama, para ficarmos apenas nos mais conhecidos e estudados.

Essa diversidade, não poderia deixar de ser, a encontramos no campo da linguagem em um trabalho recente de Carneiro (2003) em que ela analisa trechos de três colunas sobre língua publicadas em jornais da Bahia na década de 1920. O foco é a coluna de Galdino Moreira (Galmor), *Cousas do Vernaculo*, que foi publicada no *Jornal de Notícias*, de Salvador, entre 1920 e 1921. Galmor se insurge contra o *purismo*<sup>2</sup> da época e acolhe, em sua coluna, as expressões populares, os estrangeirismos, inclusive se colocando no lugar

<sup>2</sup> Mattoso Camara, em seu Dicionário de Filologia e Gramática, p. 323, define o purismo como “atitude de extremado respeito às formas lingüísticas consagradas pela tradição do idioma, que muitas vezes se assume na língua literária; a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada. Daí a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas lingüísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional”.

de leigo, como alguém que tem uma “opinião”, ou seja, falando mais como um homem do povo.

Ora, quando lemos e estudamos estas malfadadas *colunas linguísticas* desde o Romantismo em meados do século XIX, até o alvorecer do século XXI<sup>3</sup>, o que percebemos, de maneira geral, é a defesa intransigente e autoritária de purismos de diversos matizes e da chamada norma-padrão da língua.

Isso sem falarmos do discernimento intelectual extraordinário do baiano Manuel Querino (1851-1923) que, no seu artigo *O colono preto como fator de civilização brasileira*, que faz parte de seu livro *Costumes africanos no Brasil* (1988 [1938]), faz oposições linguísticas com nítidos sinais ideológicos trocados como *colono preto* x *colono branco*, mostrando o escravo como produtor competente, produzindo para o agente *parasitário* lusitano ou de ascendência lusitana, ou ainda utilizar o termo *africano* para o escravo, evitando a palavra *negro*, marcada ideologicamente e socialmente desvalorizada em relação à cor *branca*. Costumava afirmar em seus trabalhos que antes de os europeus chegarem à África, não havia *negros* ou *pretos*, mas *africanos*. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 83-84)

Vale a pena também lembrarmos de um episódio extraído de muitos dos diálogos transnacionais promovidos pela imprensa negra: José Correia Leite, velho militante da causa negra, e outros ativistas foram procurados na redação de *O Clarim da Alvorada* por Alcino dos Santos e João Sótero da Silva, que sugeriram aos dois a *tradução* de matérias sobre o movimento pan-africanista, notadamente dos textos de Marcus Garvey, importante liderança negra do final dos anos 1920. O projeto foi levado a cabo e coube a um outro ativista negro, Mário de Vasconcellos que, como os outros dois citados, era baiano (GOMES, 2005, 41-42), fazer as traduções.

Não se trata apenas de um negro heróico (de *elite*?) dessa época heróica que traduziu um texto do inglês<sup>4</sup>. Trata-se de um *projeto* e, mais do que isso, de um projeto de cultura ambicioso que *quis* dialogar com algo absolutamente contemporâneo, “moderno” e crucial para a cultura e a sobrevivência negra neste país: as idéias do pan-africanismo a partir de um dos seus mais brilhantes defensores!

Segundo Correia Leite, os textos traduzidos (não apenas os de Garvey) não

<sup>3</sup> Cf. principalmente Mendonça, (2006), Cf. também Leite, (1999).

<sup>4</sup> Supremo mistério: onde este negro admirável teria aprendido inglês? Que escola pública da época (anos 1920) teria ensinado inglês a um negro?

eram idolatrados acriticamente pelos negros. Havia muita controvérsia e posições divergentes em relação às idéias dos americanos. Os que rechaçavam essas idéias tinham dois argumentos centrais: a) achavam ilegítimo os militantes negros simpáticos àquelas idéias trazer para o Brasil um “movimento importado”; b) acreditavam que Correia Leite e demais simpatizantes estavam defendendo um “modelo racista” para o Brasil. As palavras de Correia Leite que transcrevo de Gomes não deixam dúvidas quanto à importância das idéias contemporâneas de líderes de outros movimentos negros pelo mundo para colocar em movimento os destas plagas:

O movimento garveyista entre nós [negros brasileiros] ficou restrito, mas serviu para tirar certa dubiedade do que nós estávamos fazendo. Procurávamos fazer doutrinação, uma espécie de evangelização. As idéias de Marcus Garvey vieram reforçar as nossas. Com elas nós criamos mais convicção de que estávamos certos. Fomos descobrindo a maneira de como a gente era discriminada. (p. 42-43)

Não obstante a pouca penetração das idéias gaveyristas entre os militantes da causa negra à época de Correia Leite, a “dubiedade” a que se refere o velho militante negro pressupõe a tese de que eles estavam certos em suas convicções políticas (uma das faces do duplo valor), mas a militância era “evangelizadora” e doutrinária (a face negativa da moeda). As idéias de Garvey corroboraram uma ação política intuída como correta. Faltavam os textos, a *palavra*, digamos assim, do militante americano do pan-africanismo, para que tivessem a *certeza* de que estavam certos no caminho que trilhavam.

Não se trata de serem tocados pela palavra de um iluminado. Entendamos bem as palavras de Correia Leite: “[nós] fomos *descobrimo* a maneira como a gente era discriminada”. O verbo no gerúndio (*descobrimo*) mostra que as idéias de Garvey não foram mal digeridas, evidencia um *processo* que se deu em meio a debates e discussões junto ao movimento negro da época, uma contenda ideológica que, à medida que se dava no campo teórico, confirmava a justeza de seus julgamentos sobre o racismo brasileiro e ajudava, simultaneamente, na exclusão do discurso pronto, vazio, não dialógico, de sua prática política cotidiana.

Gomes (2005, p. 27) deixa bastante claro no seu estudo consagrado ao envolvimento da etnia negra com a política no Brasil que as organizações negras não ficaram reduzidas ao papel desempenhado pela IN, apesar de sua importância (p. 27). Inclusive, para ele, “[...] mesmo as associações que muitos deles representavam eram mais amplas, com debates diversos que nem sempre apareciam em suas folhas” (p. 29)

Seria um equívoco, portanto, entender a participação político-social dos negros da época como uma evolução uniforme, livre de contradições e fixada exclusivamente nos parâmetros de inserção do negro na sociedade branca promovidos pela IN.

## O PROJETO DISCURSIVO PURISTA

Há uma heterogeneidade discursiva desconcertante no *Getulino*. Isso quer dizer que não há apenas discursos puristas nesse jornal, que há discursos mais distensos, mais diretos e escritos em uma linguagem muito próxima da linguagem coloquial e da oralidade.

Dentre os discursos puristas, encontramos no *Getulino*, o *estrito* (maioria) e o *metalinguístico*<sup>5</sup>. Quanto aos gêneros do discurso do jornal negro campineiro, o purismo estrito abarcava principalmente os editoriais (na realidade, artigos de capa sem assinatura) e os artigos encomendados com temáticas formais ligadas à vida e à história do sujeito negro. O *Getulino* reservava os textos mais soltos, com linguagem mais distensa, para suas polêmicas e diatribes com rivais e desafetos, para as crônicas e pequenas notas humorísticas e sarcásticas, às vezes endereçadas aos próprios negros.

Voltando aos discursos puristas, para os redatores do *Getulino*, o imperativo da educação do homem negro e de sua inserção no mundo do branco encontram sua melhor expressão em uma linguagem formal e de acordo, algumas vezes, com os cânones parnasianos da época. Uma linguagem que lembrasse o leitor negro de que a *instrução* não poderia, em hipótese alguma, ser negligenciada. No lugar de um texto dialógico, de identificação com a comunidade, como nos outros gêneros praticados pelo jornal, o leitor encontrava ali uma lição de história, de edificação moral e de gramática.

Há, em grande parte das edições do jornal negro campineiro, considerações desairosas e envergonhadas sobre o analfabetismo que, de acordo com o jornal, comprometia a ascensão do negro. Em uma delas (GETULINO, 1923, p. 1), em nota sem assinatura, o jornal denuncia o analfabetismo de negros “que se vestem de fraque” e negras “que se vestem ricamente à francesa” nos salões de dança da cidade, mas que na hora de fazerem alguma anotação como número do telefone ou nome da rua daqueles com quem dançaram, dizem que esqueceram os óculos ou que não têm caneta...

<sup>5</sup> Aproveitei-me, neste artigo, das categorias purismo stricto sensu e purismo metalinguístico, presentes no estudo “Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiro”, de Marli Leite Quadros.

Mas esses homens de fraque e essas mulheres vestidas à francesa que se embaraçam na hora de escrever o endereço de quem lhes chamou a atenção, porque não tinham uma caneta à disposição, provavelmente não pertenciam à elite negra. O analfabetismo é, pois, um argumento a mais que contrapõe uma elite negra, possuidora de bens espirituais (e não materiais) à massa negra, distante da instrução e da escola. Fraques e os belos vestidos são, até hoje, comprados a prestações ou alugados e não inferem necessariamente em posse material.

O purismo metalinguístico é mais raro no *Getulino*. Em nossa pesquisa, identificamos apenas um, uma pequena crônica de opinião sem título e sem assinatura, nos jornais em que pudemos pesquisar (GETULINO, 1926, p. 1). Observamos que o autor fustigou impiedosamente principalmente *desvios* dos negros dos caminhos dos brancos (conduta, moral e principalmente a linguagem), desvios que dificultariam a inserção desses negros na sociedade branca. São considerações que jogam anátema nas variedades de português faladas por negros aparentemente excluídos desta elite negra.

Observamos que, de maneira mais contundente que nos periódicos em geral, quando se trata de um artigo de conteúdo histórico, constituinte de uma memória negra em construção, ou seja, de um texto que não vai desaparecer no outro dia, mas algo que vai marcar um tempo na História, que se refere a um tempo na História da humanidade, ou seja, quando se trata de um *tema perene*, os estilos variam de mais formais (como no caso do estilo *parnasiano*) a menos formais, um pouco mais distantes de exigências puristas estritas, embora mantenham a sobriedade e a seriedade das afirmações e opiniões.

No caso dos textos não-perenes – os que dão notícia de acontecimentos mezinhos ou das brigas do jornal com outros jornais negros e outros adversários ou ainda os que brincam com os *patricios*, a linguagem é mais leve, mais solta, distensa, informal.

Convivem, portanto, no *Getulino*, dois estilos: o formal e o informal. O estilo formal prevalece, o que deixa claro um **projeto purista** de linguagem de matizes diversificados, baseado em uma norma-padrão. Tanto é assim que, por indícios, este projeto aparece cristalinamente no único discurso purista metalinguístico do *Getulino*.

Este **projeto purista** se casa perfeitamente com o **projeto de educação** dos redatores e animadores deste jornal negro. Agir (de certa maneira), mas, principalmente, falar e pensar como o branco, seria a senha para a entrada na sociedade branca e, conseqüentemente, um passo na conquista da cidadania plena do negro.

## REFERÊNCIAS

- A VOZ DA RAÇA. Campinas, SP, ano 3, n. 63-64, 1931.
- BASTIDE, Roger. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. A linguagem escravizada. Língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A língua vernácula na visão de redatores baianos. 1920 -1921. Línguas e instrumentos lingüísticos, Campinas, n. 9-10, p. 79-92, 2003.
- GOMES, Flávio. Negros e política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LEITE, Marli Quadros. Metalinguagem e discurso. A configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 1999. 257 p.
- MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais. Negros em Campinas (1888-1921) Campinas: Ed. Unicamp, 1987.
- MENDONÇA, Marina Célia. A luta pelo direito de dizer a língua. A lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI. 2006. 249 f. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.
- O BALUARTE. Campinas, ano 1, n. 3, p. 1, 15 jan. 1904.
- O GETULINO. Campinas, n. 23, p. 1, 30 dez. 1923.
- \_\_\_\_\_. Campinas, n. 5, p. 1, 26 ago. 1926.

Recebido em: abr./2008

Aprovado em: abr./08